

□ **DÍVIDA EXTERNA** ESTADO DE SÃO PAULO

Caminho da negociação é acidentado

Obstáculos esperam Zélia na busca da normalização das relações com credores

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — É um caminho estreito, cercado mais de perigos e provações do que de possibilidades, o que a equipe comandada por Zélia Cardoso de Mello começará a percorrer, nas próximas semanas, em busca da normalização das semidesmoronadas relações entre o Brasil e os seus credores e investidores internacionais. Que o digam os homens que a antecederam na condução da política econômica brasileira nos últimos anos. Incapazes de forjar um consenso interno para estabilizar a economia e restaurar a confiança, eles compareceram diante dos credores desorganizados, sem cacife e sem projeto.

Conseguiram algumas vitórias efêmeras mas acabaram derrotados. E descobriram, na via-crúcis da negociação da dívida, a futilidade das declarações de boas intenções ou dos argumentos grandiloquentes mas vazios, como aquele segundo o qual o Brasil era maior do que o buraco. Pode ter sido. Mas, como mostram os índices da inflação nos últimos meses, não é mais.

A CHAVE

Quando Zélia e seus assessores desembarcarem nos Estados Unidos para os primeiros contatos, os credores oficiais e privados já terão tirado suas próprias conclusões sobre a decisão do País de pular ou não o buraco que cavou para si próprio na última década. Embora não faltem céticos, muitos esperam, outros torcem, alguns acreditam que, conforme prometeu, o presidente eleito Fernando Collor anuncie, logo no primeiro dia de seu governo, medidas corajosas e duras para conter e reverter a inflação, e, a partir daí, empenhe a autoridade de seu mandato popular e as energias e o entusiasmo de sua geração na concretização da reforma econômica modernizadora que considera necessária para habilitar o País a uma carteira de sócio do clube das nações industrializadas, o Primeiro Mundo.

"Esta é a chave de tudo", constata um alto funcionário brasileiro que trata regularmente com os interlocutores do País na área da dívida. "Se o programa econômico convencer, o ceticismo começará a desaparecer e muitas portas que estiveram fechadas até agora se abrirão", afirma.

PRÓS E CONTRAS

Nesse cenário otimista, a futura ministra da Economia inaugurará o diálogo com os credores em condições ao mesmo tempo mais e menos favoráveis do que



Alencar Monteiro/AE - 18/4/88

Política idealizada por Funaro é recusada

os quatro ministros da Fazenda do governo Sarney.

No prato negativo há tolerância mínima hoje aos argumentos que procuram denunciar a injustiça das transferências líquidas de recursos dos países em desenvolvimento para seus credores e pregar a transferência do ônus do ajustamento para os países industrializados. Esses argumentos são repelidos especialmente nos EUA, que se defrontam hoje com sua própria vulnerabilidade financeira, e foram usados pelo ex-ministro Dilson Funaro, que a futura ministra da Economia já disse ter como ídolo. Produziram alguns movimentos no tabuleiro da negociação da dívida, mas hoje teriam ressonância limitada, e apenas na proporção direta da qualidade do programa de austeridade econômica que o novo governo adotar.

A perestroika e o colapso dos governos comunistas no Leste Europeu encerraram, por ora, a discussão sobre a legitimidade da ordem econômica ditada pelos países industrializados, através de organismos como o Fundo Monetário Internacional. O México e o Chile são os modelos. A disposição com que a Polônia abraçou as políticas do Fundo para se transformar numa economia de mercado não deixa dúvidas sobre a direção a seguir.

No prato positivo, Zélia Cardoso de Mello vai se sentar à mesa de negociações com banqueiros que não estão de acordo sobre o que pedir do Brasil, no curtíssimo prazo, e têm interesses concorrentes e conflitantes no futuro mais distante. Inicialmen-

Boa vontade em relação a Collor vai ajudar Zélia

te, a ministra contará, além disso, com o capital de boa vontade que Collor acumulou com as autoridades dos Estados Unidos e das principais nações industrializadas com o discurso reformista e pró-mercado que exibiu no seu périplo por nove países, em janeiro e fevereiro.

VOTO DE CONFIANÇA

Na semana passada, por exemplo, o Departamento do Tesouro dos EUA adiou para junho uma reunião de uma comissão interministerial que estava marcada para este mês para avaliar — com a forte probabilidade de rebaixar — a qualidade do risco que os ativos brasileiros representam para os bancos americanos. A decisão retirou um forte instrumento de pressão das mãos dos banqueiros para insistir numa retomada imediata dos pagamentos de juros da dívida, ainda que através de uma quantia simbólica. No início de abril, o País terá US\$ 5,1 bilhões de atrasados com os bancos.

Segundo fontes oficiais, um grupo de bancos, integrado pelo Citicorp, pelo Manufacturers Hanover e pelo Bankers Trust, considera o pagamento de uma parte dos atrasados — especificamente dos juros relativos ao empréstimo de US\$ 5,2 bilhões incluído no último acordo de renegociação da dívida, assinado em 1988 — essencial para provar a seriedade de propósitos do novo governo. Outros bancos, entre os quais o Morgan Guaranty, estão dispostos a dar mais tempo a Collor.

Ao adiar a reunião sobre reclassificação da dívida brasileira, o Departamento do Tesouro indicou, na prática, que está com o último grupo. No entanto, o adiamento da reunião mostrou



Aldori Silva/AE-28/8/89

Marcílio: acordo desbloqueará US\$ 4 bilhões

também o prazo que Washington considera suficiente para o novo governo fixar os alicerces do programa econômico interno e encaminhar as negociações com os credores. A expectativa do Tesouro é que, no final de maio, o Brasil já tenha obtido o apoio do FMI para o seu programa econômico e possa iniciar as negociações com os bancos.

CONVERSÃO

Pelos cálculos do embaixador do Brasil nos EUA, Marcílio Marques Moreira, o acordo com o FMI liberará e/ou desbloqueará mais de US\$ 4 bilhões em novos recursos para o País ainda este ano, a maioria do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e do governo japonês. Nesta conta estão incluídos US\$ 600 milhões relativos à última parcela do empréstimo de US\$ 5,2 bilhões concedido pelos bancos em 1988 e ainda não desembolsados, por falta de aval do Fundo.

Nas negociações com os bancos, os primeiros contatos entre a nova equipe econômica brasileira e o Tesouro americano já começaram. Até o momento, eles consistiram basicamente em troca de informações sobre os números atualizados da dívida, do déficit de balanço de pagamentos etc. Mas a expectativa, em Washington, é que esses contatos se intensificarão rapidamente depois da posse, na discussão das opções que o Brasil oferecerá aos bancos. Neste particular, as declarações do presidente eleito indicando sua intenção de ligar o programa de privatização de empresas estatais ao da conversão da dívida é vista como um elemento especialmente promissor das negociações.